

A LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA E OS EMBATES LINGUÍSTICOS NO BRASIL

Gustavo José Barbosa Paraiso ¹
Iran Ferreira de Melo ²

RESUMO

A linguagem não-binária (LNB) tem sido alvo de intensos debates no Brasil, especialmente diante das tentativas de proibição de seu uso em escolas e textos institucionais. Essas iniciativas se inserem em um movimento mais amplo de apagamento da população não binária, parte da comunidade LGBTQIAPN+, cujas identidades e expressões de gênero são frequentemente marginalizadas. Este estudo parte da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001) e dos estudos de gênero de Butler (2024) para examinar como a Linguística no Brasil compreende e responde às manifestações da LNB. A LNB, também chamada de linguagem neutra, integra a linguagem inclusiva de gênero, um modelo discursivo amplamente debatido por linguistas como Malcolm Coulthard (1991) e Norman Fairclough (2001 [1992]). Além disso, trabalhos recentes, como os de Lau (2019), Borba (2015) e Santos Filho (2015), abordam a temática e contribuem para o embasamento teórico da pesquisa. Assim, buscaremos compreender de que maneira a Linguística absorve esse fenômeno, observando as posições assumidas pelos linguistas no debate público e acadêmico. Questionando se há um alinhamento dessas perspectivas com discursos excludentes ou se há um reconhecimento da LNB como uma prática linguística legítima. A partir do conceito de gênero como fantasmático (Butler, 2024), também se investiga como discursos linguísticos reproduzem ou enfrentam o pânico moral em torno das transformações na língua portuguesa. Ao analisarmos as tensões que permeiam a LNB, este estudo pretende contribuir para o debate acadêmico sobre direitos linguísticos e identitários, oferecendo reflexões sobre o papel da Linguística na construção e manutenção de identidades dissidentes. Dessa forma, esta pesquisa não apenas descreve e analisa as práticas discursivas da LNB, mas também propõe um olhar crítico sobre as estruturas de poder que regulam e contestam o uso da linguagem inclusiva no Brasil.

Palavras-chave: Linguagem não binária, análise crítica do discurso, identidade de gênero, discurso e poder, linguística e sociedade.

INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil, a linguagem não-binária³ (LNB) emerge como uma das práticas discursivas mais tensionadas, alvo tanto de reconhecimentos acadêmicos quanto de ofensivas institucionais que buscam interditar sua circulação. Diversos projetos de lei, discursos midiáticos e manifestações políticas procuram restringir ou mesmo proibir seu

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (Progel-UFRPE). Graduado em Comunicação Social (UFPB). Graduando em Letras (Português e Espanhol) pela UFRPE. Integrante do Núcleo Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer/UFRPE). Bolsista CAPES. Universidade Federal Rural de Pernambuco - PE, guga.paraiso@gmail.com;

² Doutor em Linguística (USP). Professor de Linguística Queer e Análise Crítica do Discurso (UFRPE/UFPE). Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (Progel-UFRPE) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL-UFPE), iranmelo@hotmail.com;

³ Optamos por usar hífen na escrita de 'não-binário', com o intuito de dar maior unidade semântica a esse atributo quando designando à linguagem, haja vista ser 'linguagem não-binária' um conceito central aqui.



uso em escolas e documentos oficiais, configurando uma ofensiva glotopolítica de apagamento identitário. Ao mesmo tempo, coletivos LGBTQIAPN+, pesquisadores e ativistas têm reivindicado a LNB como instrumento de visibilidade e de resistência simbólica.

Diante desse contexto, emerge o nosso interesse, para desenvolver essa pesquisa que consiste, em: observar as manifestações recorrentes da LNB na língua portuguesa do Brasil, como a Linguística absorve e compreende essa temática, e como ela responde a esses conflitos que classificam a LNB como, no mínimo, uma prática de linguagem que visa “acabar” com a língua. Assim, nesta pesquisa temos como problemática a LNB no seio da Linguística brasileira, como pergunta condutora “como linguistas no Brasil tratam o fenômeno da LNB?” e defendemos como hipótese que o tratamento é ainda formalista e desconectado da realidade de pleitos políticos dos movimentos sociais de gênero dissidentes.

Ademais, em 2023, o Brasil, mais uma vez, registrou o marco do país com mais da metade de homicídios a pessoas transgênero no mundo, de acordo com os dados apresentados em 2024 pela agência internacional de pesquisa *Trans Respect*⁴.

Sem perder de vista que tais atrocidades são reproduzidas no contínuo dos discursos que construímos sobre pessoas de gêneros e sexualidades dissidentes e que, portanto, a linguagem é parte dos processos de abjetificação dessa população, é nesse cenário que emerge a Linguagem não-binária no Brasil. Entendemos como Linguagem não-binária (LNB) toda prática discursiva de representação de pessoas que não se compromete com a produção de sentido dualista de que somos apenas e exclusivamente homens e mulheres, tal como regem modelos culturais dominantes de performance de gênero. Também conhecida como linguagem neutra⁵, a LNB é parte da Linguagem Inclusiva de Gênero (modelo de discurso já bastante discutido nos últimos tempos por linguistas como Malcolm Coulthard (1991) e Norman Fairclough, (2001 [1992])). Tal modelo visa a democratizar representações de gênero fora das universalizações

⁴ É uma rede de defesa de direitos, criada em 2005, que proporciona um excelente ambiente para reunir a experiência de ativistas trans de todo o mundo. O site é: www.transrespect.org.

⁵ Consideramos importante esclarecer que entendo gênero como uma categoria polissêmica que indica diferentes possibilidade de classificação de seres e coisas no mundo (por isso, falamos de gênero textual, gênero gramatical e gênero literário, por exemplo). Nesse sentido, em muitas línguas, gênero neutro significa o mecanismo usado para o funcionamento gramatical apontar a existência de um ser que não é referido como homem ou mulher contextualmente. No português não temos essa possibilidade de neutro reconhecido como oficial, mas criamos e, quando fazemos isso, costumamos chamar o novo mecanismo de gênero neutro. Contudo, por entender que a palavra ‘neutro’ pode ocasionar problemas de compreensão – indicando também ‘imparcial’ ou ‘isento’ –, preferimos usar o epíteto ‘não-binária’ para ‘linguagem não-binária’.



masculinistas, como no afastamento do uso do masculino gramatical genérico em algumas línguas. Por sua vez, a Linguagem Inclusiva de Gênero (LIG) integra o que se chama de Linguagem Inclusiva, modos de uso linguístico que objetivam a dar visibilidade e representatividade de grupos historicamente alijados.

Assim, este projeto de pesquisa está centrado em coletar e analisar textos nos artigos de Revistas Científicas Qualis A que versam sobre a Linguagem não-binária, para verificarmos como os Linguistas apreciam e definem essa forma disruptiva de linguagem, e como respondem aos conflitos instaurados sobre a LNB.

Podemos dizer que a LNB é um projeto de discurso glotopolítico, afinal vivemos em uma democracia e, para tanto, não se vive em democracia sem a valorização da pluralidade de discursos, linguagens e vozes. Reconhecer a variedade linguística, de gênero, de sexualidade, é tão fundamental quanto reconhecer a variedade étnica e racial que compõe uma sociedade.

E a LNB, que é o fenômeno que permeia este trabalho, é um discurso glotopolítico, justamente porque esse fenômeno é o exercício, que fazemos no cotidiano, para promover novos modos de uso da linguagem, com uma intencionalidade clara, que objetiva estabelecer novas práticas políticas e, assim, novas relações sociais. Glotopolítica, portanto, aqui, se realiza por esse exercício reflexivo que a LNB promove em usar a linguagem para ser acessível a todas as pessoas, em especial aquelas que não se enquadram na lógica das culturas dominantes de performance de gênero homem/mulher.

Contudo, movimentos negacionistas das transformações da linguagem tornam-se patrocinadores de violências de expressões que ultrapassam ou que rompem com um modelo de sociedade heteronormativa. Diante desse cenário, a motivação para produção dessa pesquisa mais que emergiu, ela clamou por produzirmos e mensuraremos informações que possibilitem um caminho inverso dessas violências, sobretudo em percebermos como os Linguistas respondem a essa prática disruptiva de linguagem.

METODOLOGIA

A atual pesquisa tem uma abordagem qualitativa, e podemos classificá-la como bibliográfica, básica e exploratória. Para o desenvolvimento do estudo, primeiramente, leituras e percepções serão desenvolvidas a partir de livros, vídeos e vivências sobre o conceito de gênero. Judith Butler é uma das referências lidas, trazendo a perspectiva da não binariedade e a inserção do gênero na sociedade.



exigindo uma análise que transite entre o texto, as práticas discursivas e o contexto sociopolítico mais amplo. Essa tríade não corresponde a etapas estanques, mas a dimensões simultaneamente interdependentes e constitutivas, cujas fronteiras são analiticamente demarcadas para fins interpretativos.

Vamos explicitar essas dimensões a seguir:

a) Análise textual – dimensão microestrutural

No primeiro nível, a análise textual ocupa-se da descrição minuciosa dos aspectos formais e linguísticos dos textos. Este não se restringe a uma leitura gramatical superficial, mas implica um exame crítico das escolhas lexicais, gramaticais, semânticas e discursivas, compreendendo que tais escolhas não são neutras, mas carregadas de implicações ideológicas e sociopolíticas.

Segundo Fairclough (2001, p. 91), “elementos como a seleção vocabular, as estruturas sintáticas, os modos de modalização, os esquemas argumentativos e os processos de nominalização ou passivização revelam como os sujeitos, as ações e as responsabilidades são representados no discurso”, isso é, podem operar estratégias de apagamento, silenciamento ou legitimação de determinadas perspectivas. Nesse sentido, analisar o texto significa interrogar as formas linguísticas enquanto construções ideológicas que participam da naturalização ou contestação de determinadas ordens sociais.

Além disso, na perspectiva de Fairclough (2003), a análise textual deve considerar não apenas o conteúdo proposicional, mas também as estruturas discursivas mais amplas, como os gêneros textuais mobilizados e os elementos de intertextualidade e interdiscursividade que atravessam o enunciado.

b) Análise da prática discursiva – dimensão mesoestrutural

A segunda dimensão refere-se ao exame das práticas discursivas, isto é, dos processos sociais e institucionais de produção, circulação e consumo dos textos. Aqui, a atenção desloca-se do texto enquanto produto final para os mecanismos discursivos e sociais que possibilitam sua emergência, sua distribuição e sua apropriação em diferentes contextos.

Fairclough (2003) introduz o conceito de ordens do discurso, entendido como o conjunto relativamente estabilizado de práticas discursivas e gêneros que operam em um campo social ou institucional específico. As ordens do discurso delineiam os limites do dizível e do pensável em determinado contexto, ao mesmo tempo em que são atravessadas por processos de hibridização, conflito e mudança.



Dessa forma, a análise da prática discursiva envolve o mapeamento dos gêneros discursivos em jogo, das vozes interdiscursivas que se cruzam no texto, bem como dos mecanismos de apropriação, ressignificação ou resistência que se manifestam nas interações discursivas. Compreender essa dimensão implica reconhecer o discurso como um espaço em disputa, permeado por relações assimétricas de poder e por jogos ideológicos que transcendem o enunciado linguístico imediato.

c) Análise da prática social – dimensão macroestrutural

A terceira dimensão insere o discurso no contexto mais amplo das práticas sociais e das estruturas sociopolíticas, evidenciando seu papel na reprodução ou transformação das relações sociais, das instituições e das formações ideológicas. Fairclough (2001) sustenta que o discurso participa da constituição social em três frentes articuladas: como representação do mundo (dimensão ideacional), como construção de identidades sociais (dimensão identitária) e como configuração das relações sociais (dimensão relacional).

Assim, a análise da prática social exige a articulação do discurso às condições históricas, econômicas, políticas e culturais que o moldam e nas quais ele intervém. Tal perspectiva rompe com análises puramente textualistas ou funcionalistas, posicionando o discurso como um dos modos pelos quais o poder, a ideologia e as hegemônias se (re)produzem ou se contestam no tecido social.

Ademais, para Fairclough (2015), é imprescindível que o pesquisador adote uma postura crítica e reflexiva, reconhecendo o papel do discurso nas lutas sociais e na constituição de desigualdades ou resistências. O discurso, enquanto prática social situada, é tanto um reflexo das estruturas sociais quanto um espaço de agência e transformação, sendo capaz de contribuir para a manutenção de regimes de dominação ou para a emergência de alternativas emancipatórias.

Assim, a adoção da ACD enquanto referencial teórico e metodológico neste estudo permite a compreensão aprofundada dos discursos investigados como práticas sociais atravessadas por relações de poder, processos ideológicos e disputas de sentido. A articulação entre os níveis textual, discursivo e social assegura uma leitura complexa, situada e crítica dos fenômenos discursivos, fundamental para a análise das dinâmicas simbólicas que permeiam as interações sociais contemporâneas.

Ainda em nosso percurso, propomos a construção de um mapa de evidências⁷, que são ferramentas úteis à pesquisa para descrever a natureza, características e volume da

⁷ Um mapa de evidências e/ou lacunas é uma apresentação visual sistemática da disponibilidade de evidências relevantes para um domínio de política específico. Retirado de: gnova.enap.gov.br.



pesquisa científica em uma determinada área de conhecimento e informar o desenho e as prioridades de futuras pesquisas (Ferrarezi, 2021).

Assim, o método é dividido nas seguintes etapas, que não necessariamente serão sequenciais, e tem inspiração na proposta de Fairclough (2003).

1. Leitura bibliográfica das referências que compõem o material para amparo teórico e praxeológico, funcionando como um momento de início e continuidade para pensar no problema de pesquisa como um obstáculo social, identificando a rede de práticas em que ele está inserido e conhecendo a prática particular que é o artigo científico de revistas Qualis A.

2. Coleta do corpus (artigos científicos de revistas Qualis A do quadriênio 2017-2020 que tratam sobre a linguagem não-binária) nos portais de publicação dessas revistas, segundo a Plataforma Sucupira⁸. A palavra-chave usada para a indexar os campos de busca nos sites será linguagem neutra e linguagem não-binária.

3. Identificação das informações referentes à produção e dos dados coletados, para verificação dos elementos apreciativos da categoria de linguagem e das rede de práticas sociais em que o problema está inserido e para a análise de dados contextuais.

4. Análise do discurso, oriunda a partir da observação da categoria de linguagem que identificaremos no corpus analisado. Essa categoria de linguagem surgirá a partir da análise da conjuntura em que o discurso a ser analisado está incluído. Esse caminho metodológico é adaptado da proposta original feita por Chouliaraki & Fairclough (1999) e desenvolvida por Fairclough (2003).

5. Ainda análise do discurso, mas agora na fase de interpretação dos dados à luz do conhecimento sobre os resultados das categorias de linguagem que emergiram no corpus e verificando qual o papel do linguista para o fortalecimento de questões que capacitam todos na luta contra a discriminação e a exclusão social, assim como para a contribuição com recursos de ordem simbólica que os indivíduos podem lançar mão para resolver e superar seus problemas. Nesse momento a análise se torna reflexiva, questionando, por exemplo, sua eficácia como apreciação crítica: avaliando se ela contribui ou pode contribuir para a emancipação social e se ela se ajusta a práticas acadêmicas hegemônicas. Assim, discutimos a validade social de nossa pesquisa e

⁸ A Plataforma Sucupira é uma ferramenta de atualização e de compartilhamento de informações acadêmicas. Através dessa plataforma, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) consegue realizar de forma mais eficiente o acompanhamento e as avaliações periódicas sobre os dados dos programas de pós-graduações que existem no país. Além disso, a plataforma também funciona como uma base de referência para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).



analisamos o alcance de reflexividade que ela pode oferecer àqueles que tiverem contato com os resultados que constatamos a partir de nossa análise.

6. Formulação de um mapa de evidências, que poderá colaborar na construção de Políticas Públicas, orientando a formulação e seleção de estratégias, que possam desenvolver uma agenda para futuras pesquisas e projetos que podem servir como ferramenta de insumo às políticas informadas por evidências. Socializando, e acima de tudo, podendo auxiliar na transformação social.

REFERENCIAL TEÓRICO

Entendemos que a língua, em quaisquer que sejam seus usos formais ou informais, não é neutra e muito menos imparcial; pelo contrário, é um lugar favorecido de manifestações políticas, sociais, históricas e culturais. Assim, a ciência Linguística tem como objetivo maior lançar luz sobre fenômenos que abarquem a sociedade em seu aspecto comunicativo-interacional e, como esse se materializa, inevitavelmente, na linguagem e nas línguas (tanto verbais quanto não-verbais).

Norman Fairclough (2001), renomado analista crítico do discurso, afirma que a análise linguística pode servir como um método para estudar processos sociais amplos: mudança de estruturas sociais, construção de identidades etc. Para tanto, Fairclough propõe um método de estudo que investigue a mudança na linguagem como ponte para o estudo da mudança social. Tudo bem a ver com a nossa pesquisa, que se dedica em entender como os linguistas brasileiros constroem sentidos e se posicionam frente às manifestações recorrentes da LNB na língua portuguesa do Brasil.

Nesse sentido, esse analista do discurso, enxerga uma relação dialética entre linguagem e aspectos da vida sociocultural, de modo intrínseco e intrincado. Ele não se dispõe a fazer análise de discurso como puramente um procedimento epistemológico sobre a linguagem, mas para compreender a interação humana como fenômeno de causa de transformação social. Nesse sentido, seu postulado maior afirma: os discursos refletem as relações sociais e as constroem ao mesmo tempo, num movimento dialético.

Sob essa abordagem, qualquer evento discursivo, para o autor, é considerado simultaneamente um texto, uma prática discursiva e uma prática social, o que exige de nós que, para cada dimensão dessa, uma análise crítica de discurso faça respectivamente uma análise linguística, uma análise do processo interacional e uma análise das circunstâncias sociais.



Essa relação dialógica entre essas dimensões constitutivas do mesmo fenômeno, para esse pesquisador britânico, configura um método dialético-relacional do discurso, que lê os fenômenos de linguagem como rizomáticos.

De acordo com Fairclough (2001), as hegemonias são organizadas, produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Essa máxima contribuiu para que esse analista definisse seu interesse por aquilo que ele chama de Teoria Social do Discurso, “uma orientação para a luta e mudança histórica no discurso (Fairclough 2001, p.51). Tal perspectiva se tornou muito conhecida como uma abordagem, dentro das análises de discurso, denominada por Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), uma vez que, ao examinar as relações de poder hegemônicas, fazia isso sem perder de vista a análise triangular daquelas três dimensões, incluindo e chegando, ao fim e ao cabo, à semiose.

Somando aos pressupostos citados, a marcação de gênero (binário) é um assunto que gera controvérsias no âmbito da língua portuguesa. Nas ideias de Judith Butler (2003) a linguagem falha ao representar. Dessa forma essa tentativa de representação são na verdade exercícios performativos que buscam autorizar sentidos e sujeitos. Assim, contextualizando com o linguista Santos Filho (2015) que aponta sobre os objetivos de uma Linguística Queer, que vem a ser uma campo a ser construído, de modo a abordar a intersecção na teia da linguagem, gênero e sexualidade, favorecendo a compreensão desde o valor indicial da língua ao elo crítico entre linguagem e poder, refletindo sobre a linguagem na vida dos seres humanos e sua integração dentro dos grupos sociais.

Para tanto o linguista Rodrigo Borba afirma que “o queer da Linguística Queer (LQ) não é uma identidade, mas um posicionamento teórico (e, portanto político) que se coloca contra processos de normalização e as exclusões que os acompanham” (Borba, 2015 p.98). Sendo assim, A LQ é a relação dos estudos da linguagem a partir dos atos de fala (Austin, 1962) com a performatividade (Butler, 2003).

Austin (1962) apresenta a ideia de que dizer é transmitir informação, mas é também uma forma de agir sobre o sujeito interlocutor e o mundo. No início da sua teoria, ele apresenta dois tipos de enunciados: os atos constataivos e os performativos. Butler (2003) desenvolve a noção de performatividade de gênero, que se caracteriza pela repetição de atos, gestos e signos do âmbito cultural e reforça(ria)m a construção dos corpos masculinos e femininos.

Sabemos que a língua portuguesa diferencia tudo em masculino e feminino. E a finalidade da LNB é “trazer uma reflexão acerca do binarismo presente na LP [língua



portuguesa] e a dificuldade de pessoas que não se identificam com o binário de gênero (homem x mulher) nas formas escrita e falada” (Lau, 2018, p. 13).

Ainda, segundo o Professor Héilton Lau (2019) devemos considerar esses usos e olhar criticamente para a língua portuguesa, “de acordo com as manifestações de seus falantes, e desenvolver certa sensibilidade a fim de validar práticas sociais e discursivas de sujeitos que não se encaixam no binarismo estabelecido como padrão de língua e gênero” (Lau, 2019, p.270).

Diante disso, nos inquietamos em analisar os discursos dos linguistas brasileiros nas Revistas Científicas de Linguística Qualis A do quadriênio (2017-2020) observando como eles constroem sentidos sobre a LNB no português brasileiro, observando sua validação aos corpos dissidentes que utilizam essa forma disruptiva de linguagem, para assim identificarmos como a ciência linguística se posiciona frente a esse fenômeno em nossa cultura brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise preliminar dos artigos indica que a LNB é representada sob duas grandes perspectivas. De um lado, há produções que a compreendem como prática legítima de resistência e de reconhecimento, valorizando estratégias como o uso de neopronomes (elu, ile) e de sufixos como -e (todes, alunes). Esses textos mobilizam a performatividade de Butler para afirmar que a LNB não apenas reflete identidades não binárias, mas as constitui discursivamente, abrindo espaço para existências antes silenciadas.

De outro lado, observa-se também discursos mais alinhados a perspectivas normativas, que reduzem a LNB a uma questão de correção gramatical ou a um modismo passageiro. Nesses casos, o discurso científico atua como instância de exclusão, reforçando a cisnormatividade e deslegitimando práticas linguísticas dissidentes.

Os resultados iniciais sugerem, portanto, que os artigos científicos funcionam como enunciados performativos: ao tematizar a LNB, produzem efeitos de legitimação ou de silenciamento. A escrita científica não é neutra, mas atravessada por disputas de poder, em que se decide o que é reconhecido como objeto válido de conhecimento e o que é relegado à marginalidade.

Esse quadro confirma a relevância da LNB como disputa glotopolítica. Mais do que um fenômeno linguístico formal, trata-se de um campo de resistência que mobiliza atores sociais, instituições e discursos. A tentativa de proibir seu uso em contextos educacionais



não é apenas uma questão de norma linguística, mas um ato de exclusão simbólica de sujeitos não-binários.

(IN)CONCLUSÕES

Este trabalho buscou discutir a LNB como prática discursiva situada nas disputas sociais e acadêmicas brasileiras, articulando a teoria da performatividade, a Análise Crítica do Discurso e a Linguística Queer. Partiu-se da compreensão de que a LNB não apenas modifica estruturas gramaticais, mas desafia regimes de inteligibilidade de gênero, provocando reações que vão de seu reconhecimento como gesto de resistência à sua interdição por políticas proibicionistas.

Mais do que oferecer conclusões fechadas, afinal nossa pesquisa está ainda em desenvolvimento, porém propomos uma reflexão que pretende abrir horizontes e inquietações. A análise preliminar sugere que a escrita científica, ao tematizar a LNB, atua como dispositivo performativo de legitimação simbólica ou de exclusão. Assim, cabe à Linguística brasileira assumir uma postura crítica diante dessas disputas, reconhecendo a linguagem como arena de poder e de emancipação.

Em conclusão, destacamos que este estudo não pretende esgotar a discussão, mas abrir caminhos para novas reflexões e possibilidades de pesquisa. Que ele possa inspirar diferentes vozes e práticas - na ciência, na educação, na arte e na política - comprometidas em reconhecer na linguagem uma força criadora de existência. Diante das tentativas de silenciamento promovidas pela glotofobia de gênero, que nossos discursos se renovem e se multipliquem como gesto de resistência. Que sigamos, coletivamente, afirmando o que muitos insistem em tornar indizível.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Harvard University Press 1962.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BORBA, R. Linguística Queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Entrelinhas**, v. 9, n. 1, p. 91-107, jan./jun. 2015.

BORBA, R. Falantxs Transviadxs: Linguística Queer e Perfomartividades Monstruosas. Dossiê: Perspectivas queer nos estudos da linguagem. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v.21(2), p. 389-409, 2020.



BREVILHERI, U; LANZA, F; SARTORELLI, M. **Neolinguagem e “linguagem neutra”**: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. *Research, Society and Development* (vol 11), 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990]. (Coleção Sujeito e História)

BUTLER, J. **Discurso de ódio**. Uma política do performativo. Trad, Roberta Fabri Viscardi. São Paulo: Editora da Unesp, 2021 [1997].

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COULTHARD, C. Caro colega: exclusão linguística e invisibilidade. **Discurso & Sociedad**. V. 1(2), p. 230-246. 2007.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Trad. Maria Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 [1992].

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. 3. ed. London: Routledge, 2015.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**: Textual analysis for social research. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2003.

FERRAREZI, E. **Mapa de evidências em políticas públicas: desafios e reflexões sobre a metodologia**. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6224>. Acesso em: 25 set 2024.

LAU, H. D. Pensando fora do Cistema: Uma reflexão sobre a linguagem não-binária. **Revista Uniletras**. v. 41, n. 2, p. 262-282, jul/dez. 2019.

LAU, H. D. **Pelo direito e orgulho de ser heterossexual no terceiro domingo de dezembro**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018.

MISKOLCI, R. Um saber insurgente ao sul do Equador. **Revista Periódicus**. 1ª edição, mai-out., 2014.

MISKOLCI, R. Origens Históricas da Teoria Queer. In: **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PALMO, J. **No coração da vida**. Sabedoria e compaixão para o cotidiano. Trad. Jeanne Pilli; Lúcia Brito. Rio de Janeiro: Lúcida Letra, 2014.

SANTOS FILHO, I. **Da emergência da Linguística Queer**. In. Seminário de Pesquisa: Introdução à Linguística Queer. Programa de Pós-Graduação em Letras. Maringá: UEM, 2015, p. 01-36.

